

A primeira pedra

ARNALDO NOGUEIRA

Sabemos que há no Senado e na Câmara dos Deputados homens de valor, de muito saber, indivíduos de espírito público e patriotismo, capazes de sacrificar seus interesses pessoais pelo bem da coletividade. Mas, há também os intolerantes, vaidosos, convencidos de que são os donos da Pátria e que agredem violentamente aqueles que ousam criticá-los.

Criticado fui porque ousei criticá-los a propósito do incrível e infeliz projeto, já aprovado por algumas lideranças da Câmara, visando criar um programa diário no horário nobre de televisão para que os senadores e deputados falem de seus trabalhos, de suas atividades e exponham suas idéias antes das eleições de 3 de outubro.

Criticado fui, em tom de menosprezo, quando perguntaram: por que "este" senhor não cuida de sua vida? Por que não se aposenta? Quem é ele? Que autoridade tem para criticar uma resolução de líderes da Câmara? Bem... "Este", há 17 anos, tem andado meio esquecido, longe das lides político-partidárias, mas sempre acompanhando os acontecimentos políticos e a atuação dos legislativos diante dos grandes problemas brasileiros.

"Este", foi vereador (1954 a 1960), deputado estadual (1961 a 1963) e deputado federal (1963 a 1971), representante do nobre povo carioca, Estado da Guanabara.

"Este" sempre se bateu pela preservação do bom nome do Poder Legislativo, tanto assim que em dezembro de 1959 devolveu o dinheiro de uma convocação extraordinária — e desnecessária — da Câmara dos vereadores do Rio de Janeiro que, segundo a maioria dos vereadores, aumentaria as garrafas de vinho, as castanhas e os perus nas ceias de Natal — deles. Está nos anais da Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro.

"Este" se levantou, em 1963, na Câmara Federal, contra a instalação da grande emissora do Congresso Nacional. Potência de 100.000 kW. Os defensores do projeto diziam que a poderosa emissora alcançaria todos os cantos da terra, que falaria para o mundo divulgando os trabalhos e as atividades do Congresso brasilei-

ra. Talvez algum ouvinte do Sri Lanka ou de Mombaça aplaudisse os belos discursos pronunciados na Câmara e no Senado.

"Este" denunciou, na mesma ocasião, o vaivém de viagens de deputados e senadores ao exterior, a pretexto de verificarem as vantagens e os preços dos equipamentos para a montagem da grande emissora do Congresso. Foram viagens para Londres (Marconi), Holanda (Phillips), EUA (General Electric e Westinghouse) e Japão (Sony). E o dinheiro para essas viagens não saiu do saco do Papai Noel. Saiu do bolso do contribuinte.

"Este" provou em 1963 que 22 anos antes — em 1941 — a Rádio Difusora de São Paulo inaugurava seus transmissores em ondas curtas de 19, 25 e 49 metros. "Este" foi justamente o locutor encarregado de falar em inglês, francês e espanhol durante as transmissões experimentais da nova emissora e pedia aos ouvintes de todo o mundo impressões sobre a qualidade da recepção do som e do alcance da emissora. Chegaram cartas da Austrália, África do Sul, de todos os países da América Latina, da Europa e dos EUA.

"Este" provou que os parlamentares que defendiam o projeto de criação da Rádio do Congresso Nacional estavam — é incrível — tentando **descumprir** a Lei, pois os equipamentos que desejavam importar tinham similares no Brasil, fabricados, vale dizer, pela Sotécnica — Sociedade Técnica Paulista, a partir de 1940. Está nos anais da Câmara.

E tanto lutou pela defesa e pelo prestígio do Poder Legislativo que em abril de 1963 se insurgiu, apoiado pelo então deputado José Richa, contra a posse do suplente, senhor Moisés Lupion, que comprara o deputado titular a fim de se proteger, com as imunidades parlamentares, da prisão decretada pela Justiça do Paraná, sob a acusação de ser corrupto e por malversação dos dinheiros públicos. Está nos anais da Câmara.

"Este" em 1966 foi o escolhido pelos jornalistas que cobriam os trabalhos da Câmara Federal como um dos dez melhores deputados naquele ano. Foi o relator da reforma administrativa do Estado da Guanabara em 1961 e também o relator da reforma administrativa do novo Distrito Federal em 1965 (Lei nº 4.545). Está nos anais da Câmara.

"Este", depois de verificar que as autoridades militares, na época donos do Brasil — batiam e torturavam tanto —, fez constar

na Constituição de 1967, preparada pelos mesmos militares, o parágrafo 14 do Artigo 150, que rezava: "Impõem-se a todas autoridades o respeito à integridade física e moral do detento e do presidiário sem levar em conta sua ideologia política". Está nos anais da Constituição de 1967.

"Este" foi quem presidiu a Comissão do Distrito Federal na Câmara dos Deputados em 1966 e 1967. Foi quem pertenceu, durante seus oito anos de mandato, a 13 Comissões Parlamentares de Inquérito (CPI), como Presidente, ou como relator, ou como membro permanente, ou como suplente. Está nos anais da Câmara.

"Este" foi aquele que não nomeou parente, nem afins, nem amantes, nem cabos e nem vassouras eleitorais. Foi aquele que protestou contra a prorrogação do mandato do Presidente Castelo Branco, em 1965, sob a alegação de que o próprio Presidente havia jurado, ao tomar posse, que passaria o poder a um civil depois de colocar ordem no País. Está nos anais da Câmara.

"Este" tem autoridade sim, para protestar. Mais do que protestar, é dever de todos aqueles que desejam ver o Congresso Nacional respeitado, aplaudido, querido, amado, honrado, cuidando antes de tudo da defesa dos interesses do povo brasileiro.

"Este" é o cidadão que ainda acredita no bom-senso dos senadores da República, que certamente irão votar contra o projeto já aprovado pelas lideranças da Câmara.

O povo espera que essa idéia, essa proposição ridícula e inexplicável, seja atirada ao lixo da história e que, com esse gesto, os políticos possam se redimir um pouco dos erros mais recentes, como o de não notarem a regularização de inúmeros artigos da Constituição que eles mesmos fizeram há apenas 19 meses; como o de terem aprovado cinco anos para um pobre Presidente que parecia pacato, que se dizia poeta e pacífico, porém visando apenas passar para a posteridade como Presidente das brasileiras e dos brasileiros. Questão de curriculum.

"Este" não é anjo. É também um pecador. Mas nunca cometerá o pecado da omissão. Reza para que o Senado se transforme em cenáculo quando for votar esse projeto absurdo, e que um raio de luz ilumine as cabeças dos ilustres senadores, inspirando-os a votar contra.

Arnaldo Nogueira é jornalista e diretor do GLOBO para a região de Brasília.